

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA: AS PINTURAS HISTÓRICAS NA CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE E MEMÓRIA NACIONAIS BRASILEIRAS**

Luciano Ayres Vianna
Ensino de História: Teoria e Prática
Nº USP 8576223
Prof. Antônia Terra
Vespertino
2017/1

SÃO PAULO

2017

FICHA TÉCNICA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Tema: As pinturas históricas na construção da identidade e memória nacionais brasileiras.

Objetivos: Problematizar a construção da história nacional brasileira oficial a partir das pinturas históricas. Ensinar a ler e interpretar documentos históricos, principalmente as fontes visuais.

Duração: 4 aulas.

Público alvo: Ensino Médio.

Descrição: Serão analisadas pinturas históricas do final do século XIX que foram encomendadas pelo governo para a construção de uma identidade e memória nacionais. Serão utilizadas obras dos pintores oficiais do Império: Victor Meirelles e Pedro Américo. Paralelamente, será ensinado como lidar com documentos históricos, obviamente, com ênfase nas fontes visuais. A todo tempo será incentivada a participação e reflexão dos educandos, de forma que serão empregados exercícios de discussão e análise constantemente. Invariavelmente, os alunos terão contato com alguns episódios importantes da História do Brasil, como o “Descobrimento”, a Independência. Serão minimizadas as exposições do professor puramente, se atendo a passar informações chave, a fim de que os alunos cheguem às conclusões sozinhos. Afinal, deverão ser capazes de analisar uma obra de arte visual; conhecer melhor a História do Brasil; e entender como se deu a construção da identidade e memória nacionais brasileiras, em um processo orientado pelo próprio governo com uma finalidade bem peculiar.

Obras analisadas:

Primeira Missa no Brasil, Victor Meirelles (1860)¹

O Grito do Ipiranga, Pedro Américo (1888)²

D. Pedro II na Abertura da Assembleia Geral, Pedro Américo (1872)³

¹ Item 1 do Anexo

² Item 2 do Anexo

³ Item 3 do Anexo

ORGANIZAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Aula 1 - *Primeira Missa no Brasil*, Victor Meirelles (1860)

1. Perguntas disparadoras

- Perguntar aos alunos sobre quem são os heróis/ícones nacionais históricos do Brasil
- Fazer uma lista com os heróis/momentos que eles elencarem
- Perguntar porque eles acham isso
- Associação com o cotidiano: feriados, nome de rua, monumentos, etc.

2. Discussão sobre a importância da utilização (e utilização adequada) de fontes primárias e de obras de arte especificamente

- Um dos objetivos da sequência é apresentar o conteúdo partindo primeira e prioritariamente de fontes visuais. Buscando alternativas aos métodos de pesquisa que focam apenas na documentação escrita da época do objeto de estudo. Como expõe Ulpiano T. Bezerra de Menezes⁴ é necessário um avanço nos estudos do uso da imagem como fonte e que se deixe de tratá-las apenas como mera ilustração. Colocando a iconografia como vetor para a descoberta de aspectos relevantes da vida social de uma sociedade. Mais do que isso, o historiador aponta para a necessidade de se tomar a imagem como um enunciado, a partir do qual se pode produzir um conhecimento histórico. Sendo a iconografia, assim, uma ferramenta de pesquisa que pode, além de tornar a disciplina mais visual, contribuir com a solução problemas históricos já existentes. Propondo, assim, uma ampliação do horizonte de ação e seu instrumental no estudo de História, sem deixar de lado toda uma gama de possíveis informações da vida social e das forças de transformação histórica.

3. Atividade diagnóstico

- Serão utilizadas obras de arte, sobre as quais serão feitas discussões e análises para que se alcance, ao final, o aprendizado do conteúdo. Porém, diante da falta de costume de se trabalhar com fontes visuais, se faz necessário a presença de uma oficina diagnóstico de análise de obras, a fim de que os alunos entendam como essa metodologia funciona e comecem a ter uma maior familiarização com esse tipo de exercício. Ao mesmo tempo, o educador poderá avaliar quais são as facilidades e dificuldades de seus educandos nessa situação e, então, possa adequar a oficina à sua realidade.

⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Rev. Bras. Hist. (S. Paulo), v.23, n.45: p11-36, 2003

- Apresentação da obra “Primeira missa no Brasil”, Victor Meirelles
- Sem legenda, título, artista, ano ou qualquer outro tipo de informação prévia sobre o quadro que possa influenciar na análise.
- Os próprios alunos levantarão perguntas e aspectos a serem observados e discutidos sobre a pintura.
- A partir disso, será montada uma Ficha de Perguntas Norteadoras que será utilizada nas outras aulas. Dessa maneira, os próprios alunos farão parte do processo de ensino. O professor vai orientar e auxiliar esse processo, atentando para que se utilizem perguntas genéricas a fim de não enviesar as observações.

Sugestões de perguntas:

- a. O que vocês estão vendo na imagem?
- b. O que vocês sentem ao vê-la?
- c. O que ela faz vocês lembrarem?
- d. Vocês sabem quem são essas pessoas?

4. Exercício de observação e análise

- A partir da ficha de perguntas deverá ser possível perceber a maioria dos aspectos a seguir.

Descrição

1. O altar com a cruz e o frei Henrique se encontram na posição central e iluminada, com os portugueses, ajudantes do clero, soldados portugueses e homens trajados com vestimentas europeias civis à sua volta, voltados para a cruz, concentrados, de cabeça baixa, rezando. Os índios estão retratados em posição marginalizada mais escura do quadro, postura dos nativos que assistem à celebração não chega a ser de reverência, mas de curiosidade e aceitação.
 2. Os portugueses estão posicionados ao lado direito da tela
Os nativos encontram-se do lado esquerdo
 3. A paisagem ao fundo com montanhas à esquerda e o mar à direita.
Grande presença e destaque da vegetação e paisagem tipicamente tropical.
- Então, deverá ser estimulado junto aos alunos que levantem possibilidades sobre o que os aspectos descritivos representam na construção da obra.

Construção

1. A cruz, sem sombra de dúvidas, é o elemento de destaque da tela por se encontrar na posição central, naturalmente de destaque. Nela está contida a ideologia cristã. O fato de estar acima de todos pode ser interpretado pela afirmação de que o cristianismo é a religião que deve ser seguida agora pelos nativos, ou seja, a cruz é a realização da missa em si, um gesto de imposição cultural.
 2. A disposição espacial sugere o fato de que os portugueses chegam do mar, conquistando o território rumo interior. Impressão de invasão, mesmo com a ausência de atos violentos. Construção de uma invasão cultural e pacífica.
 3. Retrata o desencontro de dois mundos culturais completamente antagônicos. Mas o que chama a atenção é o fato de a cena só apresentar elementos culturais, neste caso o religioso, do homem branco, como se os nativos não possuíssem religião.
 4. Nesta pintura não se encontra apenas um país católico, divino por natureza, mas também uma colonização harmônica, onde portugueses e índios convivem em paz, a mistura das raças é pacífica, sem violência física ou moral, apelando ainda para a fé. Desta forma, o Brasil era acima de tudo homogêneo, coeso, grandioso, católico e harmônico.
- Haverá, nesse momento, uma breve explanação do professor acerca do contexto histórico representado, pois essas informações não são possíveis de se ter apenas com a observação da imagem. As informações podem e devem alterar a perspectiva dos estudantes sobre a pintura.

Contexto

A primeira missa no Brasil foi celebrada por Henrique de Coimbra, frade e bispo português, no dia 26 de abril de 1500 (6 de maio, no calendário atual), um domingo, na praia da Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, no litoral sul da Bahia.

Foi um marco para o início da história do Brasil e descrita por Pero Vaz de Caminha na carta que enviou ao rei de Portugal, D. Manuel I (1469-1521), dando conta da chegada ao Brasil, então Ilha de Vera Cruz, pela armada de Pedro Álvares Cabral que se dirigia à Índia.

Participaram da missa os portugueses que faziam parte da expedição, cuja maioria era composta por marinheiros. Cabral e Caminha também estavam presentes. Pero Vaz de Caminha fez este relato interessante:

“Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes,

que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção.

Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço.”⁵

- Serão apresenta as algumas imprecisões históricas da obra, bem como a desconstrução de alguns conceitos.

Desconstrução

1. O herói óbvio do episódio do descobrimento seria Pedro Álvares Cabral, fidalgo português a serviço da Coroa portuguesa, uma perspectiva do ativismo português conquistando uma nova terra e povo. A missa enquanto batismo representa uma perspectiva do nascimento de um novo país, com Deus e a Igreja como protagonistas.
2. Não retrata a verdade do conturbado processo de “imposição” e não de “conversão” religiosa que se deu entre portugueses e nativos, os diversos conflitos violentos e a constantes dizimação da população indígena que ocorreu ao longo dos séculos.
3. Esse episódio acabou se caracterizando no mito de criação do Brasil como o próprio nascimento do país, com um povo novo nascido da mistura dos corajosos índios e dos bravos e sentimentais lusitanos numa representação homogênea. Possibilita a crença na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiro. O índio foi significativamente exaltado pelos literatos e artistas plásticos, o índio europeizado e a visão do “bom selvagem”; a paisagem tropical e a floresta virgem. Este índio idealizado era a representação ideal para de uma nação pacífica onde o índio ingênuo e “não civilizado” tem contato com o branco europeu, que o catequiza e o ensina a ser civilizado.
4. A representação foi realizada da maneira ideal para atingir leigos e ilustrados. A imagem da fundação da nação foi ali legitimada pelas cores e confirmada pela utilização da carta escrita por Pero Vaz de Caminha, elementos essenciais para a confirmação daquilo tudo que estava sendo pregado pelo Império em relação à nação brasileira.

- Ao final da aula serão revelados o título, autor e data da obra.
- Debate final sobre possível nova perspectiva devido às novas informações.

⁵ Carta a El-Rei D. Manuel, escrita por Pero Vaz de Caminha em 1500

Aula 2 - O grito do Ipiranga, Pedro Américo (1888)

- Os alunos serão separados em grupos de 5 componentes e, seguindo os moldes da Aula 1, utilizarão a Ficha de Perguntas Norteadoras confeccionadas por eles próprios (o professor deve levar cópias impressas para a sala) para analisar e debater a obra.

Exercício de observação e análise

- A partir da ficha de perguntas deverá ser possível perceber a maioria dos aspectos a seguir.

Descrição

1. No centro, em posição mais elevada, está D. Pedro, príncipe regente, montado a cavalo, com uniforme de gala e erguendo a espada.
2. A comitiva, à direita do príncipe, é formada por dez homens que erguem seus chapéus.
3. À frente deles, trinta soldados, os Dragões da Independência, com uniforme de gala, formam um semicírculo e erguem suas espadas.
4. Os soldados foram pegos de surpresa pelo gesto de D. Pedro, o que se percebe pelo movimento dos animais e pelo quinto soldado (da esquerda para a direita) que se apressa para montar o cavalo.
5. Ao fundo, à direita, outros dois soldados também estão começando a montar seus cavalos. Próximo a eles, há um civil usando cartola que ergue um guarda-chuva; segundo alguns estudiosos, seria Pedro Américo que se autorretratou no quadro.
6. À esquerda, três figuras populares:
Um homem conduzindo um carro de boi carregado de toras de madeira e que olha a cena assustado/curioso
Atrás, um outro montado a cavalo
Mais ao fundo, um negro conduzindo um jumento que segue de costas ao grupo.
7. O riacho do Ipiranga está em primeiro plano e suas águas respingam na pata do cavalo.
8. Um casebre, ao fundo à direita, compõe a cena reforçando o caráter rural do lugar; apelidado de “Casa do Grito”, seria um local de pouso para as tropas que viajavam naquele caminho.

- Então, deverá ser estimulado junto aos alunos que levantem possibilidades sobre o que os aspectos descritivos representam na construção da obra.

Construção

1. Caráter militarista e faustoso da composição: soldados perfilados, espadas erguidas, uniformes de gala, cavalos robustos e com belos arreios e selas – elementos que dignificam e dão imponência ao episódio retratado.
 2. O Príncipe é a figura de destaque: no centro e na parte mais elevada, ele ergue a espada passando a ideia de líder vitorioso, como se ele fosse o único responsável pela independência. É dele que parte o “grito”, praticamente uma ordem militar que é imediatamente acatada por todos que o acompanham. Visão autoritária e personalista sobre o fato retratado.
- Agora coletivamente, haverá uma breve explanação do professor acerca do contexto histórico representado, pois essas informações não são possíveis de se ter apenas com a observação da imagem. As informações podem e devem alterar a perspectiva dos estudantes sobre a pintura.

Contexto

A Independência do Brasil é um processo que se estende de 1821 a 1825 e coloca em violenta oposição o Reino do Brasil e o Reino de Portugal, dentro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, instaladas em 1820, como uma consequência da Revolução Liberal do Porto, tomam decisões, a partir de 1821, que tinham como objetivo reduzir novamente o Brasil ao seu antigo estatuto colonial.

D. Pedro de Alcântara de Bragança, Príncipe Regente do Brasil (1821), fiel ao seu pai, rei de Portugal, vê sua condição complicada pela vontade política das cortes portuguesas em repatriar o Brasil e retorná-lo ao seu antigo estatuto colonial.

Assim começou a guerra de independência que vê nascer e atuar o exército brasileiro, formado a partir da contratação de mercenários, do alistamento de civis e de tropas coloniais portuguesas, contra aquelas que permaneceram fiéis ao Reino de Portugal em algumas partes do país. Depois de três anos de conflito armado, Portugal finalmente reconheceu a independência do Brasil. Em troca, o Brasil se comprometeu a pagar ao Reino de Portugal uma indenização substancial e assinar um tratado de comércio com o Reino Unido, para indenizá-lo por sua mediação.

Pedro partiu para a Província de São Paulo para assegurar a lealdade dos locais à causa brasileira. Ele alcançou sua capital em 25 de agosto e lá permaneceu até 5 de setembro.

Leopoldina, sua esposa, assumiu a regência durante a viagem. Diante das exigências de Portugal para que ambos retornassem a Lisboa, ela convocou uma sessão extraordinária do

Conselho de Estado no dia 2 de setembro de 1822 e, juntamente com os ministros, decidiu pela separação definitiva entre Brasil e Portugal, assinando então a declaração de independência. Em seguida, enviou um mensageiro a Pedro com uma carta informando o ocorrido.

A “história oficial tradicional” conta que a 7 de setembro, quando retornava ao Rio de Janeiro, Pedro recebeu a carta de José Bonifácio e de Leopoldina. O príncipe foi informado que as Cortes tinham anulado todos os atos do gabinete de Bonifácio e removido o restante de poder que ele ainda tinha. Perante isso, Pedro teria se voltado para seus companheiros, o que incluía sua Guarda de Honra, e falado⁶:

" 'Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo unir-nos mais' e continuou depois que ele arrancou a braçadeira azul e branca que simbolizava Portugal: 'Tirem suas braçadeiras, soldados. Viva independência, à liberdade e à separação do Brasil.' Ele desembainhou sua espada afirmando que: 'Para o meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade' e gritou: 'Independência ou morte'. Este evento é lembrado como 'Grito do Ipiranga'."

Ao chegar na cidade de São Paulo, na noite de 7 de setembro de 1822, Pedro e seus companheiros espalharam a notícia da independência do Brasil do domínio português. O príncipe foi recebido com grande festa popular e foi chamado de "Rei do Brasil", mas também de "Imperador do Brasil". Após retornar ao Rio de Janeiro, a nova bandeira e brasão de armas do reino independente do Brasil foram criados.

Oficialmente, a data comemorada para independência do Brasil é a de 7 de setembro de 1822, em que ocorreu o chamado "Grito do Ipiranga", às margens do riacho Ipiranga (atual cidade de São Paulo). Em 12 de outubro de 1822, o príncipe foi proclamado imperador pelo nome de Pedro I e o país leva o nome de Império do Brasil.

A separação oficial de Portugal só ocorreria em 22 de setembro de 1822, em uma carta escrita por Pedro a João VI. Nele, Pedro ainda chama a si mesmo de "Príncipe Regente" e seu pai é referido como o Rei do Brasil independente. Em 12 de outubro de 1822, no Campo de Santana, mais tarde conhecido como Campo da Aclamação, o príncipe Pedro foi aclamado Dom Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Era ao mesmo tempo o início do reinado de Pedro e também do Império do Brasil. No entanto, o Imperador deixou claro que, embora ele tenha aceitado o título, se João VI retornasse ao Brasil ele iria descer do trono em favor de seu pai.

A razão para o título imperial foi a de que o título de rei iria simbolicamente significar uma continuação da tradição dinástica portuguesa e talvez do temido absolutismo, enquanto o título de imperador derivava da aclamação popular, como na Roma Antiga. Em 1 de dezembro de 1822 (aniversário da aclamação de D. João IV, o primeiro rei da Casa de Bragança) Pedro I foi coroado e consagrado.

⁶ LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- Serão apresenta as algumas imprecisões históricas da obra, bem como a desconstrução de alguns conceitos.

Desconstrução

1. Cavalos: D. Pedro e seus acompanhantes não estavam montando cavalos; na época, em viagens longas, se utilizavam jumentos e mulas, mais resistentes.
 2. Número de acompanhantes: a comitiva de D. Pedro era formada por poucos integrantes e não quarenta pessoas.
 3. Trajes: D. Pedro I e sua comitiva não viajaram com uniformes de gala que, aliás, sequer existiam na época; eles foram criados depois da independência, assim como os “Dragões”.
 4. Postura de D. Pedro: é improvável que o príncipe regente estivesse com uma aparência tão sadia e posição ereta uma vez que, naquele momento, estava sentindo fortes cólicas causadas pelo cansaço da longa viagem ou pelo jantar na noite anterior.
 5. Casa do Grito: não existia na época; o casebre retratado no quadro foi construído por volta de 1884, portanto muito tempo depois da proclamação da independência.
 6. Pedro Américo sequer tinha nascido quando aconteceu a independência, portanto, não foi testemunha do fato que só foi pintado décadas depois de ocorrido.
- Ao final da aula serão revelados o título, autor e data da obra.
 - Debate final sobre possível nova perspectiva devido às novas informações.

Aula 3 – Dom Pedro II na Abertura da Assembleia Geral, Pedro Américo (1872)

Exercício de observação e análise

- Os alunos serão separados em grupos de 5 componentes e, seguindo os moldes da Aula 1, utilizarão a Ficha de Perguntas Norteadoras confeccionadas por eles próprios (o professor deve levar cópias impressas para a sala) para analisar e debater a obra.

Descrição

1. No centro está representado Dom Pedro II em pose imponente do imperador, semelhante aos grandes reis europeus, com olhar firme para frente.
Imperador aparece em primeiro plano de corpo inteiro, mais nítido, iluminado e em tamanho proporcionalmente maior do que os outros personagens, comprovado com o uso de perspectiva matemática.
2. O monarca está representado sobre um tapete vermelho na única ocasião em que era visto portando a coroa imperial, traz na mão esquerda a espada e na direita o cetro, que tem na parte superior a serpe imperial, um ornato em forma de serpente, símbolo da Casa de Bragança e o traje majestático.
Atrás do Imperador é possível ver parte do trono de madeira, com uma águia e um querubim. Também há uma grande coluna dórica.
3. Na tribuna são representados importantes personagens do contexto político do Império, estão:
A imperatriz, D. Tereza Cristina;
A princesa D. Isabel;
Dom Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o conde d’Eu;
Ao fundo, Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré.
4. Abaixo se encontram:
O visconde da Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, que era presidente do Senado e que presidia a sessão representada;
O então marquês Luiz Alves de Lima e Silva, senador e conselheiro extraordinário, que posteriormente ganha o título de Duque de Caxias;
O visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos que era também senador, conselheiro ordinário e presidente do Gabinete e ministro da Fazenda;
João Alfredo Correia de Oliveira, ministro da Pasta do Império;
Ao fundo, da esquerda para a direita:
Zacarias de Góis e Vasconcelos, deputado pela Bahia;
Francisco Otaviano de Almeida Rosa;
Jerônimo José Teixeira Júnior, presidente da Câmara dos Deputados.

- Então, deverá ser estimulado junto aos alunos que levantem possibilidades sobre o que os aspectos descritivos representam na construção da obra.

Construção

1. Ocasão da abertura da Assembleia Geral, cerimônia que reunia anualmente o Senado e a Câmara dos Deputados do Império, onde D. Pedro II é representado firme, confiante e indiscutível. Ou seja, o líder no comando.
2. O cetro, insígnia da realeza, espécie de bastão de comando que diversas culturas adotaram ao longo dos séculos como sinal de autoridade, e a Coroa e o trono, do mesmo modo, alegorias do poder e da conquista, constituem os símbolos de poder do imperador, assim como seu traje majestático.

A arquitetura clássica é representada pela grande coluna dórica, à maneira dos retratos tradicionais de realeza.

Esses símbolos de poder, a própria pose do imperador, semelhante aos grandes reis europeus, e seu olhar a frente, vislumbrando o futuro, revelam a importância da majestade e do reino.

Apesar da pompa e o cerimonial europeu da monarquia, D. Pedro II, igualmente, se deixou marcar, e em grande medida, pelas tradições locais, com a inclusão de uma murça feita de penas de papo de tucano como parte da indumentária do imperador, espécie de cocar indígena adaptado aos ombros da realeza que sintetiza essa imagem híbrida da monarquia tropical.

- Agora coletivamente, haverá uma breve explanação do professor acerca do contexto histórico representado, pois essas informações não são possíveis de se ter apenas com a observação da imagem. As informações podem e devem alterar a perspectiva dos estudantes sobre a pintura.

Contexto

A Fala do Trono, era a oração com que o Imperador abria e encerrava a sessão legislativa. Sua realização constava na Constituição Imperial de 1824. A sessão Imperial de abertura era um momento de caracterização do poder simbólico da monarquia brasileira, ou até mesmo o seu ápice. O ritual da Fala do Trono era a materialização da realidade monárquica no Brasil. As falas representavam o monarca comunicando-se com seus súditos, fazendo uma análise dos problemas nacionais, as necessidades postas e declarando-se defensor perpétuo do Brasil. O quadro é uma representação do imperador em cerimônia realizada em 3 de maio de 1872.

“1872.

FALLA DO THRONO NA ABERTURA DA ASSEMBLÉA GERAL

EM 3 DE MAIO.

Augustos e dignissimos senhores representantes da nação. Venho com o mais vivo prazer abrir a presente sessão da assembléa geral. [...] Algumas de nossas povoações têm sofrido com o rigor e as irregularidades da ultima estação, mas em geral o estado sanitario é satisfactorio. Continuam as boas relações do Império com as outras potências, e o governo empenha-se por estreital-as cada vez mais, sempre dirigido por sentimentos de justiça e mutua consideração. Não tendo sido possível, como tanto desejáramos, a negociação em commum dos aliados com a republica do Paraguay, celebrámos separadamente os ajustes definitivos de paz.

Nesta negociação, a que serviu de base o acordo preliminar dos mesmos aliados, foram respeitados os compromissos contrahidos pelo tratado de 4 de Maio de 1865. Os referidos ajustes suscitarão duvidas e reclamação da parte do governo argentino, mas conto que breve se fará justiça á boa fé do governo brasileiro, conservando-se inalteráveis os vinculos de amizade que tanto interessam aos dous Estados. Depois das medidas legislativas que foram decretadas o anno passado, recommendam-se de preferencia á vossa solicitude a reforma eleitoral e as da guarda nacional e do recrutamento. A verdade da eleição é base essencial de nossa fórma de governo, e quanto mais genuino é o voto popular, tanto mais se reflectem no seio da representação nacional os interesses e opiniões, que, por sua importância, devem influir na direcção dos negocios públicos. A lei não póde evitar todos os abusos com que as paixões perturbam e viciara a expressão da vontade nacional; mas cumpre aproveitaras lições da experiencia para prevenir os effeitos da fraude e da violência. A instituição da guarda nacional é desnaturada pelo serviço a que actualmente está sujeita, em circumstancias ordinarias, e esse pesado onus não só prejudica o cidadão em seu trabalho industrial, mas até lhe embaraça o livre exercicio de seu direito polilico. O recrutamento, pelo svstema que ainda hoje vigora, presta-se a iguaes, senão maiores vexames, impedindo ao mesmo tempo que o exercito adquira o gráo de instrucção e disciplina, que lanto lhe augmenta a força moral e lhe dá maior brilho. As rendas publicas reassumiram seu movimento progressivo, graças á fertilidade de nosso sóio eaos auxílios com que tendes favorecido o commercio e a producção nacional.

[...]

Augustos e digníssimos senhores representantes da nação, os adiantamentos moraes e materiaes que temos conseguido, no curto periodo de nossa emancipação politica, honram o povo brasileiro, quando bem avaliadas as dificuldades com que luctamos. Confiados na protecção da Divina Providencia tenhamos fé em nossos esforços, que o mais prospero futuro caberá ao Brasil.

Está aberta a sessão.

D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil.”⁷

- Serão apresentadas algumas imprecisões históricas da obra, bem como a desconstrução de alguns conceitos.

Desconstrução

1. O trono foi incluído na imagem, uma vez que nem se localizava na Assembleia, nem estava presente durante as Falas do Imperador.
- Ao final da aula serão revelados o título, autor e data da obra.
 - Debate final sobre possível nova perspectiva devido às novas informações.

⁷ *Falla do throno* – O anno de 1823 até o anno de 1872. Typographia Nacional, 1872. Rio de Janeiro

Aula 4 – Problematização da identidade e memória nacionais clássicas

1. Serão apresentadas as três obras juntas

- Com título, autor e data
- Fazer alusão às Grandes Exposições de arte que eram feitas durante o fim do Segundo Reinado
- Atentar para os artistas e o recorte temporal das datas de confecção
- Estimular a percepção pelos próprios alunos de que foram feitas pelo mesmo nicho de pintores, no mesmo período, com o mesmo recurso estilístico

2. Confecção das obras

Primeira Missa no Brasil

Meirelles pintou a Primeira Missa em solo francês, levou três anos para finalizá-la (1859 - 1861). Inserida no contexto do Romantismo, esta pintura não foi realizada a mero acaso, pois, foi uma indicação de seu tutor, Manuel de Araújo Porto-Alegre. Estava na Europa desde 1853, após ganhar o prêmio de viagem ao exterior pela Academia Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro. Assim, mesmo estudando com mestres europeus, por ser “bolsista” do governo brasileiro tinha que cumprir algumas exigências, como permanecer sob tutela e os comandos da Academia no Brasil. Logo, sujeito também às ideias que esta articulava com a elite política e cultural do país, entre eles, o Imperador Pedro Segundo e o grupo do IHGB.

A pintura "Primeira Missa no Brasil" de Victor Meirelles tornou-se uma imagem emblemática da história do Brasil e pertence ao imaginário da sociedade brasileira, desde o século XIX até hoje, como sendo o registro real da fundação da nação. Desta forma, a pintura foi utilizada de diferentes formas ao longo dos anos, desde reproduções em livros didáticos até como modelo para cinematografia. A existência de apropriações, reproduções, reutilizações e releituras do quadro de Meirelles evidenciam a sua importância no imaginário nacional e, mais do que isso, para a formação da identidade brasileira.

O Grito do Ipiranga

O quadro “O grito do Ipiranga” ou “Independência ou morte”, de Pedro Américo é uma das mais emblemáticas imagens da História do Brasil. A obra foi feita por encomenda do governo da província de São Paulo para ocupar o salão de honra do Monumento do Ipiranga, prédio que estava em construção, atual Museu Paulista. Pedro Américo a executou em Florença, na Itália, onde residia então, e a concluiu em 1888. O sucesso foi seguido de muita polêmica, pois a obra foi acusada de plágio da tela 1807, Friedland, de Ernest Meissonier, pintada em 1875, apesar de Pedro Américo só vir a conhecer a obra anos depois.

Dom Pedro II na Abertura da Assembleia Geral

“Dom Pedro II na Abertura da Assembleia Geral”, título original, ou “Dom Pedro II por ocasião da Fala do trono”. A obra foi encomendada a Pedro Américo pelo conde de Abaeté. O quadro retrata o imperador em cerimônia realizada em 3 de maio de 1872. A pintura no mesmo ano.

Construção da identidade nacional

- Explicar sobre a atuação/planejamento de Porto-Alegre em relação a Pedro Américo, Victor Meirelles, a Academia Imperial de Belas Artes e a construção da História Nacional Oficial.

“[...] as pinturas históricas se consolidariam de tal forma na memória nacional, que se desvinculariam de sua dimensão histórica original. Assim, em vez de serem encaradas como frutos de uma determinada concepção artística e histórica oitocentista, foram tomadas como reflexo daquilo que representam.

Essas imagens acompanham a trajetória de grande parte da população brasileira, seja por meio de livros didáticos, de revistas, de cenas da televisão ou mesmo do cinema [...]. São imagens que, de certa forma, eternizaram-se no imaginário com tal força que é quase impossível pensar na missa realizada por ocasião do "Descobrimento", sem se lembrar automaticamente da tela de Victor Meirelles, A primeira missa no Brasil. É importante refazer o percurso que as levou a ter tamanha força e importância, desnaturalizar seu lugar de imagens canônicas, devolver-lhes sua historicidade.

O movimento no sentido de historicizar não só o que é entendido como "arte brasileira", mas consequentemente as telas de pintura de história, é uma forma de compreender esses símbolos como construções históricas, Tomar essa memória como questão e, ao mesmo tempo, problematizá-la como fruto de uma experiência histórica, constituidora da própria identidade brasileira.

Entre lembrança e esquecimento, a escrita de uma história nacional nos oitocentos era forjada, por meio da exaltação das vitórias militares do Estado, como a Guerra do Paraguai, e do apagamento das revoltas do período regencial. A invenção de um passado comum visava fundamentalmente a criação de uma identidade nacional. Cabe à história fundar e organizar essa memória nacional e estabelecer os elos de identificação entre seus cidadãos, mediante o IHGB e as pinturas históricas.”⁸

Refazer as perguntas da Aula 1

- Quem são os heróis/ícones nacionais brasileiros?
- Porque eles são considerados heróis? O que eles fizeram?
- Eles realmente fizeram?
- Quem e por que escolheu esses ícones especificamente? (História dos vencedores)

Aproximação com o cotidiano dos alunos

- Que heróis foram construídos no passado recente?
- Quais estão sendo construídos no momento?
- Com qual finalidade?

⁸ CASTRO, Isis Pimentel de. Pintura, memória e história: a pintura histórica e a construção de uma memória nacional. Rio de Janeiro: UFRJ. 2005

Referências Bibliográficas

Carta a El-Rei D. Manuel, escrita por Pero Vaz de Caminha em 1500

CASTRO, Isis Pimentel de. Pintura, memória e história: a pintura histórica e a construção de uma memória nacional. Rio de Janeiro: UFRJ. 2005

Falla do throno – O anno de 1823 até o anno de 1872. Typographia Nacional, 1872. Rio de Janeiro

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

LIMA, Manuel de Oliveira. O movimento da independência. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Rev. Bras. Hist. (S. Paulo), v.23, n.45: p11-36, 20

Anexo

1.



2.



3.

